

ANEXO ITERMO DE REFERÊNCIAPROCESSO 29690/20211. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento continuado de OXIGÊNIO MEDICINAL DOMICILIAR, equipamentos e acessórios domiciliares, a fim de atender a demanda da Subsecretaria da Atenção Básica, conforme condições, especificações, quantidades e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitantes: Subsecretaria de Atenção Básica; Programa Melhor em Casa;

1.3. Fundamentação legal: Pregão Eletrônico via Registro de Preços, nos termos da Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;

1.4. Período: 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços;

1.5. Tipo: Menor preço global, nos termos da Lei nº. 8666/93.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela abaixo descreve detalhadamente o serviço a ser contratado:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
01	454258	GÁS COMPRIMIDO, NOME: OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO: GASOSO, FÓRMULA QUÍMICA: O ₂ , MASSA MOLECULAR: 31,99 G,MOL, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 10024-97-2 ENVASADO EM COD 376959 CILINDRO GÁS, MATERIAL: AÇO CARBONO SEM COSTURA, TIPO GÁS: OXIGÊNIO, VOLUME: 10 M3, PRESSÃO TESTE: 185 KGF,CM2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VÁLVULA SEGURANÇA, DISCO DE RUPTURA COM COD 267430 REGULADOR PRESSÃO, TIPO EQUIPAMENTO: MANÔMETRO, PRESSÃO MÁXIMA SAÍDA: 3,5 KGF,CM2 FIXA, PRESSÃO MÁXIMA ENTRADA: 0 A 300 KGF,CM2, MATERIAL CORPO: LATÃO CROMADO, APLICAÇÃO: CILINDRO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, VAZÃO: 60 L,MIN	M3/ANO	75000

02	454276	GÁS COMPRIMIDO, NOME: OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, FÓRMULA QUÍMICA: O ₂ , MASSA MOLECULAR: 31,99 G,MOL, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 10024-97-2 ENVASADO EM 446973 DESCRIÇÃO: CONJUNTO SOLDA, COMPONENTES: 2 CILINDROS, 2 REGULADOR PRESSÃO, 1 MAÇARICO, VALVULA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM MALETA E CESTA PARA CILINDROS DE 1M ³ DE OXIGÊN, CAPACIDADE CILINDRO: ACETILENO (1,25KG), CILINDRO DE OXIGÊNIO (1 M ³) COM 478004 DESCRIÇÃO: VÁLVULA REGULADORA CILINDRO GÁS, COMPONENTES: FLUXÔMETRO CILINDRO GÁS OXIGÊNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CÁPSULA INTERNA E EXTERNA EM POLICARBONATO, MATERIAL: METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL: CROMADO, TIPO ROSCA: PADRÃO MACHO, PRESSÃO ENTRADA: 3,5 KGF,CM ² , VAZÃO: 0 A 15 L,MIN	M3/ANO	4500
03	300700	GÁS COMPRIMIDO, NOME: OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, FÓRMULA QUÍMICA: O ₂ , MASSA MOLECULAR: 31,99 G,MOL, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 10024-97-2 ENVASADO EM COD 435808 DESCRIÇÃO: CILINDRO GÁS, MATERIAL: AÇO, TIPO GÁS: OXIGÊNIO, VOLUME: 5 L COM COM 478004 DESCRIÇÃO: VÁLVULA REGULADORA CILINDRO GÁS, COMPONENTES: FLUXÔMETRO CILINDRO GÁS OXIGÊNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CÁPSULA INTERNA E EXTERNA EM POLICARBONATO, MATERIAL: METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL: CROMADO, TIPO ROSCA: PADRÃO MACHO, PRESSÃO ENTRADA: 3,5 KGF,CM ² , VAZÃO: 0 A 15 L,MIN.	M3/ANO	4500
04	320756	LOCAÇÃO CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO PORTÁTIL, TIPO: ELÉTRICO, TIPO GABINETE: GABINETE PLÁSTICO RESISTENTE, CONCENTRAÇÃO: CONCENTRAÇÃO MÍNIMA 93%, COMPONENTES: ALARME SONORO, SISTEMA DE SEGURANÇA, ACESSÓRIOS: UMIDIFICADOR, FILTROS, CÂNULA OU MÁSCARA, FREQUÊNCIA: 60 HZ, ALIMENTAÇÃO: 220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SILENCIOSO, USO DOMÉSTICO, CAPACIDADE: 0,5 A 5 L, MIN PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OXIGENIOTERAPIA MEDICINAL	UNID.	360
05	443109	LOCAÇÃO -DESCRIÇÃO: CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO, TIPO: ELÉTRICO, TIPO GABINETE: GABINETE PLÁSTICO RESISTENTE, CONCENTRAÇÃO: CONCENTRAÇÃO MÍNIMA 90%, COMPONENTES: ALARME SONORO, SISTEMA DE SEGURANÇA, ACESSÓRIOS: UMIDIFICADOR, FILTROS, CÂNULA OU MÁSCARA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SILENCIOSO, USO DOMÉSTICO, CAPACIDADE: ATÉ 10 L, MIN	UNID.	300
06	435413	LOCAÇÃO - DESCRIÇÃO: MATERIAL GASOTERAPIA, MODELO: UMIDIFICADOR, SAÍDA: P, OXIGÊNIO, TIPO FRASCO: FRASCO PLÁSTICO GRADUADO, C, TAMPA, VOLUME: CERCA DE 250 ML, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: CONECTOR METAL C, ROSCA, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL	UNID.	1200

07	413267	<p>LOCAÇÃO- DESCRIÇÃO: VENTILADOR ARTIFICIAL ELETRÔNICO, MODELO: PEDIÁTRICO, ADULTO, MODOS VENTILAÇÃO: VCV, SIMV, CPAP, A,C, VNI, MODOS VENTILAÇÃO 01: MISTURADOR DE GASES, PARÂMETROS VENTILATÓRIOS: PARÂMETROS VC, FR, FIO2, PEEP, PARÂMETROS VENTILATÓRIOS 02: RELAÇÃO I:E, COMPONENTES: VÁLVULAS REGULADORAS DE PRESSÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01: BATERIA INTERNA, ALARMES: ALARMES AUDIOVISUAIS, CIRCUITOS: CIRCUITOS COMPLETOS SIMILAR AO MODELO: VENTILADOR MECÂNICO 110/220V (BIVOLT) MODOS: CPAP FIXO, BIPAP ESPONTÂNEO, ESPONTÂNEO COM TEMPO MARCADO, PRESSÃO CONTROLADA, COM INTERVALO DE PRESSÃO : IPAP DE 4 A 30 CM H2O EPAP DE 4 A 25 CM H2O CPAP DE 4 A 20 CM H2O.COM VENTILAÇÃO HÍBRIDA- AVAPS, VOLUME CORRENTE ALVO: 200 A 1500 ML. AJUSTE DE FR: 0 A 30 RPM AJUSTE DE TEMPO INSPIRATÓRIO: 0,5 A 3 SEGUNDOS TEMPO DE ELEVAÇÃO: 1 (100 MS) A 3 (300 MS) AJUSTE DE SENSIBILIDADE COM ALÍVIO DE PRESSÃO, BI-FLEX, COM NÍVEIS DE CONFORTO: 1 LEVE A ALTO, AJUSTE DE ALARME DE DESCONEXÃO APNEIA, BAIXO VOLUME MINUTO, BAIXO VOLUME CORRENTE, MONITORIZAÇÃO: PRESSÃO, VOLUME CORRENTE, VOLUME MINUTO, VAZAMENTO, FR, RAMPA COM TEMPO DE 0 A 45 MIN (INCREMENTOS DE 5 MIN) PRESSÃO DE INÍCIO DE RAMPA: 4 OU AJUSTÁVEL AO PACIENTE. DETECÇÃO DE CICLOS RESPIRATÓRIOS, DETECÇÃO AVANÇADA DE EVENTOS: VOLTAGEM 100 - 240 VCA, 50 /60 HZ + KIT MÁSCARA E CIRCUITO COMPATÍVEL (NASAL, OROFACIAL, FACIAL TOTAL) ADULTO E INFANTIL OU SIMILAR.</p>	UNID.	12
08	454258	<p>LOCAÇÃO - DESCRIÇÃO:VENTILADOR NÃO INVASIVO, TIPO : BIPAP, APLICAÇÃO: ADULTO, MODOS VENTILAÇÃO: SENSÍVEL A PRESSÃO E , OU FLUXO, FAIXA DE PRESSÃO: CERCA DE 4 A 30 CM H2O, COMPONENTE 1: RAMPA, COMPONENTE 2: COMPENSAÇÃO DE VAZAMENTO, COMPONENTE 4: ALARME, ADICIONAL: FILTRO, ADICIONAL : UMIDIFICADOR, ADICIONAL 1: TRAQUEIA COM COD: 454276 DESCRIÇÃO: VENTILADOR NÃO INVASIVO, TIPO : CPAP, APLICAÇÃO: ADULTO E PEDIÁTRICO, MODOS VENTILAÇÃO: AUTO CPAP, FAIXA DE PRESSÃO: CERCA DE 0 A 20 CM H2O, DADOS PROCESSADOS: CARTÃO DADOS, ADICIONAL: FILTROS, ADICIONAL 1: TRAQUEIA</p>	UNID.	300
09	454276	<p>LOCAÇÃO - DESCRIÇÃO: VENTILADOR NÃO INVASIVO, TIPO : CPAP, APLICAÇÃO: ADULTO E PEDIÁTRICO, MODOS VENTILAÇÃO: AUTO CPAP, FAIXA DE PRESSÃO: CERCA DE 0 A 20 CM H2O, DADOS PROCESSADOS: CARTÃO DADOS, ADICIONAL: FILTROS, ADICIONAL 1: TRAQUEIA REQUISITOS ELÉTRICOS: 100-240VAC, 50/60HZ, 2.0- 1.0A COM COD: 454275 DESCRIÇÃO: MATERIAL P, VNI - CPAP , BIPAP, TIPO 1: MÁSCARA FACIAL, TIPO BORDA: COXIM SILICONE INFLÁVEL, TAMANHO : ADULTO M, VÁLVULA: C, VÁLVULA PEEP, TIPO FIXAÇÃO: FIXADOR AJUSTÁVEL C, APOIO FACIAL, APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO</p>	UNID.	420

10	300700	CATETER OXIGENOTERAPIA, MATERIAL TUBO: PLÁSTICO ATÓXICO, TIPO: SILICONIZADO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, TAMANHO: Nº 14, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNID.	4200
11		EXTENSOR EM SILICONE 7 MTS, PARA CATETER DE OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS	UNID.	4200
12	435424	DESCRIÇÃO: MATERIAL GASOTERAPIA, MODELO: MACRONEBULIZADOR, SAÍDA: P, OXIGÊNIO, TIPO MÁSCARA: MÁSCARA EM SILICONE, C, AJUSTE, TAMANHO: ADULTO, TIPO FRASCO: FRASCO ACRÍLICO GRADUADO, C, TAMPA, VOLUME: CERCA DE 500 ML, TIPO EXTENSÃO: TRAQUEIA CORRUGADA EM PVC C, CONECTORES, COMPRIMENTO EXTENSÃO: CERCA DE 2,0 M, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: CONECTOR METAL C, ROSCA, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL	UNID.	120

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação possui de atender a demanda de pacientes cadastrados no Programa ODP – Oxigenioterapia Domiciliar Prolongada, tendo como escopo as Portarias 2029/2011, 963/2013, ambas do Ministério da Saúde, que instituem a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

3.2 O serviço de Oxigenioterapia Domiciliar Prolongada é uma condição especial do Programa Melhor em Casa, de caráter essencial e ininterrupto, regulado pela Portaria MS nº 825 de 26 de abril de 2016, eventual complementação aos recursos financeiros repassados pelo Ministério da Saúde para o custeio das ações do SAD, é de responsabilidade conjunta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em conformidade com a pactuação estabelecida na respectiva CIB e, se houver, na CIR.

3.3. O Programa atende pacientes de diversos níveis de complexidade onde as principais patologias atendidas pelo serviço são: Doença pulmonar obstrutiva crônica, Neoplasias em fase terminal, doenças musculares progressivas, Neuropatas crônicos, Apnéia do Sono entre outras.

3.4. A presente contratação visa suprir a demanda do município pelo período de 12 (doze) meses e se dará através do sistema de registro de preços (SRP).

3.5. O município de Nova Friburgo localizado na região serrana do estado do Rio de Janeiro segundo dados do IBGE 2010, possui uma população estimada de 190.631 habitantes, onde as principais atividades econômicas do município envolvem a agricultura, indústria e mercado atacadista (metalurgia, moda íntima), todas essas atividades somado o clima do município, são propensos ao desenvolvimento de doenças do aparelho cardiorrespiratório, neoplasias e intoxicações, além do alto índice de acidentes na RJ, que cursam com sequelas neurológicas graves e dependência de dispositivos ventilatórios.

3.14. Atualmente 0,06 a 0,10% da população de Nova Friburgo usam o serviço de Oxigenioterapia Domiciliar prolongada. (Aproximadamente 115 a 190 pacientes/mês/ano), com o seguinte perfil epidemiológico: 60% dos casos Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), Doença Bronco Pulmonar (DBP), Fibrose cística (FC), 12 a 15 % dos casos Neoplasias em palição, 10% dos casos complicações pós covid, 8 a 5% dos casos doenças Neuromusculares e ou lesões centrais, 5% dos casos SAOS, 3 a 5% dos casos Doenças cardíacas e outras.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. As Condições de Participação serão efetuadas na forma descrita no Edital correlato, independentemente de sua transcrição.

5. DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços serão executados conforme discriminação abaixo:

5.1.1. Período de 12 (doze) meses, atendendo ao quantitativo definido conforme o descrito neste Termo de Referência.

5.1.2. Os serviços de ODP serão autorizados por uma das Unidades Básicas de Saúde do município, que providenciarão o cadastro do paciente no Banco de Dados de ODP.

5.1.3. Pacientes não acompanhados nos serviços municipais de ODP poderão recebê-los na SMS, mediante cumprimento das exigências previstas no Projeto Básico de licitação ministerial portaria nº 963, de 27 de maio de 2013 e portaria nº 825 de abril de 2016.

5.1.4. Nestes casos, a empresa deverá comparecer na residência do paciente para avaliar a viabilidade técnica/operacional da fonte de oxigênio a ele indicada, bem como a estrutura residencial, para a adequação das condições de atendimento e os recursos a serem utilizados.

5.1.5. Após validar a fonte de oxigênio indicada pelo médico, a empresa deverá implementar os serviços e fornecer as orientações aos pacientes e familiares acerca da fonte de oxigênio e seu manuseio.

5.1.6. Os procedimentos previstos neste Termo de Referência, não deverão ultrapassar 48 horas e deverão ser realizados no horário de 07h:00min às 19h:00min. Ademais, nesta fase, a empresa deverá preencher, em 02 vias, o Relatório de Implantação de Oxigenoterapia Domiciliar (anexo 03 do Projeto Básico), encaminhando uma das vias para a unidade de referência e coordenação.

5.1.7 Após a coordenação do serviço, validar o relatório apresentado pela empresa, autorizando a execução do serviço. Deverá encaminhar à coordenação do serviço, unidade de referência e para a UBS de origem o Termo de Responsabilidade (anexo IV do Termo de Referência), assinado em 03 vias pelo paciente ou seu responsável.

5.1.8 Caso haja divergência entre as fontes de oxigênio recomendadas, a unidade de referência especializada e a empresa deverão, em comum acordo, disponibilizar ao paciente a fonte de oxigênio que considerarem mais adequada.

5.1.9 Mensalmente, a empresa deverá visitar o paciente, preencher o Relatório de Monitoramento Mensal, e encaminhá-lo à unidade de referência e à UBS solicitante, com cópia para a coordenação do serviço.

5.1.10 Ainda mensalmente, a empresa deverá enviar à unidade de referência, com cópia para a Coordenadoria, por meio eletrônico, o relatório de pacientes atendidos, bem como as respectivas fontes de oxigênio recebidas.

6. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

6.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada disponibilizará os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no subitem 2.1 deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

6.2. A Contratada deverá garantir a não paralisação dos serviços contratados por motivos de falta de insumos/equipamentos, transporte ou recursos humanos.

7. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do instrumento Contratual.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. A aceitação provisória ou definitiva dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da prestação dos serviços do presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

8.1.1 Elemento de despesa: 33.90.39.62;

8.1.2 Fonte de recurso: 07 – SUS;

8.1.3 Programa (s) de Trabalho(s):

30001.1030100832.193

30001.1030200832.199

8.2 As notas fiscais de serviço deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000.

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:

- 10.1.1.** Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 10.1.2.** Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 10.1.3.** FGTS;
- 10.1.4.** PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 10.1.5.** Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 10.1.6.** Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que o Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

10.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10.4 A empresa deverá encaminhar mensalmente, anexado à Nota Fiscal de Serviço ou fatura, o relatório de todos os serviços prestados, devidamente especificados e comprovados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Caberá à Contratante:

11.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.1.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas, com indicação do dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.1.4 Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.1.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada.

11.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo.

12.2 Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

12.3 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.4. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.5 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.8 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio da Contratante ou de terceiros, advindos de imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, devendo adotar, dentro de 48 horas, as providências determinadas pela Contratante, necessárias ao ressarcimento ou à reposição, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções. Não cabe à Contratante qualquer responsabilidade por atos de negligência dos empregados da Contratada durante o horário de trabalho;

12.9 Substituir, os materiais e equipamentos considerados inadequados;

12.10 Registrar a entrada e identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante;

12.11 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.12 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

12.13 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, quando for o caso;

12.14 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

12.15 Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;

12.16 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

12.17 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.18 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.21. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

12.22 Executar os serviços com estrita observância da metodologia, organização, tecnologia e recursos materiais por ela propostos;

12.23 Não paralisar a prestação dos serviços, por quaisquer motivos, sem aviso prévio de 15 (quinze) dias à Contratante.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

15.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação, fica designado(a) o(a) agente público(a) abaixo informado(a):

NOMES	MATRÍCULAS	FUNÇÃO
ANA PAULA RAMOS	062.869	GESTORA TITULAR
CERES LOURENÇO TEIXEIRA	062.195	GESTORA SUBSTITUTA
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA		
LUCIMAR FIGUEIRA RIBEIRO	207.764	SUPERIOR IMEDIATO

VIVIANE NUNES LOPES DE OLIVEIRA MEDEIROS	207.436	FISCAL TITULAR
FRANCINERI PINHEIRO DE ALMEIDA	299.239	FISCAL SUBSTITUTA
PROGRAMA MELHOR EM CASA		
MARISTELA TIELLET	299.248	SUPERIOR IMEDIATO
ANA CAROLINA FOLLY PINHEIRO	211.526	FISCAL TITULAR
ALESSANDRA LESSA COSTA DA SILVA	207.704	FISCAL SUBSTITUTO

15.3 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.7 O fiscal designado pela Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

16.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com o responsável técnico do setor requisitante, que se responsabiliza por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

17.2. Comete infração administrativa:

17.2.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.2.2. Apresentar documentação falsa;

17.2.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.2.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.2.5. Não mantiver a proposta;

17.2.6. Cometer fraude fiscal;

17.2.7. Comportar-se de modo inidôneo;

17.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.4 Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei 8666/93, a Administração Pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

17.4.1 Advertência;

17.4.2 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

17.4.3 Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

17.5 - As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

17.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

17.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.8 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas no Edital.

18. DA RESCISÃO

18.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo, o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

18.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

18.2.1 Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

18.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

18.2.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Termo de Referência elaborado por:

Igor Faria de Jesus
Gestão de Processos e Contratos - SMS
Matrícula 063.036

Ratifico o teor do presente Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137